

“EU SOU O ALFA”: Cinema, televisão e internet na construção da memória do guerrilheiro Carlos Eugênio Paz

Ângelo bento leite dos santos¹

Resumo

Este artigo destina-se a fazer uma breve discussão sobre as representações e as memórias de Carlos Eugênio Paz, como antigo guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN), pela indústria midiática brasileira, buscando identificar as permanências e rupturas no imaginário sobre os guerrilheiros urbanos, focando-se nos últimos 20 anos. Por exemplo: em abril de 2011 ao término do capítulo da telenovela “Amor e Revolução”, Paz afirmou que foi ele o autor do disparo que causou a morte do empresário Henning Albert Boilesen. Apesar dessa declaração de Paz não ser algo novo, a polêmica da declaração estimulou debates na mídia brasileira sobre a ação guerrilheira durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, onde estereótipos e preconceitos sobre a luta armada mostraram-se ainda coevos.

Palavras-chave: Carlos Eugênio Paz; Memória; Ditadura Civil-Militar.

Introdução

Este artigo destina-se a fazer uma breve discussão sobre os depoimentos das entrevistas de Carlos Eugênio Paz divulgadas pela indústria midiática brasileira nos seus diversos gêneros (jornalísticos, fílmicos), tendo como foco perceber como esses depoimentos colaboraram na construção da imagem de Paz como antigo guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN)² nos últimos 20 anos. É claro que a representação de ex-guerrilheiro sobre Carlos Eugênio Paz se deu mediante escolhas dos profissionais que confeccionaram os veículos de informação em que ele participa.

Como problemática, inicial, a essa pesquisa temos a seguinte indagação: por que ainda há a propagação de nos espaços midiáticos a concepção simplista de que os participantes da luta armada eram terroristas e/ou bandidos? A recente declaração do colunista da revista *Veja*, Reinaldo Azevedo, afirmando que Carlos Eugênio Paz é um “assassino frio, convicto, metódico e apaixonado pela morte”³ realça essa indagação.

A afirmação de Reinaldo Azevedo se deu logo após a declaração de Carlos Eugênio Paz a uma emissora de televisão aberta, no caso, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). O depoimento de Carlos Eugênio Paz se fez em abril de 2011 ao término do capítulo da telenovela *Amor e Revolução*⁴, cuja ambientação se passa no período da ditadura civil-militar brasileira. Além de Carlos Eugênio Paz outros ex-

guerrilheiros e opositores a ditadura também deram seus depoimentos, mas a declaração de Paz foi a mais polêmica. Isso se deve porque Carlos Eugenio Paz descreve a morte do empresário Henning Albert Boilesen⁵ (1916-1971), então presidente do grupo Ultra. Sua morte foi um ato de “justiçamento” pelo grupo guerrilheiro ALN (Ação Libertadora Nacional)⁶, do qual Paz assumiu a liderança após a morte de seus líderes anteriores, Carlos Marighella e Câmara Ferreira.

Essa declaração de Paz não é algo novo, pois já havia mencionado o justiçamento de Henning Albert Boilesen, em seus livros de memórias⁷ e no documentário Cidadão Boilesen de Chaim Litewski⁸, no qual ele diz que o tiro de misericórdia seria dado pelo alfa, o líder da ação, no caso, o próprio Paz. A repercussão da declaração se fez devido ao novo veículo em que ele a executou a televisão, e por desdobramento a *internet*.

O depoimento de Paz estava disponível em redes de compartilhamento de vídeos na internet e no próprio *site* da telenovela, após as repercussões e polêmicas, o vídeo foi retirado desses veículos de informação. Segundo havia denunciado Raphael Tsavkko⁹ em seu *blog*, também houve um corte no momento em que Carlos Eugênio Paz iria dizer os nomes dos empresários brasileiros que financiavam a tortura. Provavelmente os cortes, se ocorreram, se deram por receio da emissora em sofrer represálias, em âmbito jurídico ou em outro aspecto de poder.

O aspecto político pela disputa da veiculação dos depoimentos/entrevistas de Carlos Eugênio Paz e a preocupação da recepção da população a isso, encaixa essa pesquisa na Nova História Política.

Sobre a renovação da História Política podemos considerar que ela permitiu uma nova gama de questionamentos fosse lançada a temas que até então pareciam esgotados. Isso se fez destinando-se a atenção para outros aspectos teórico-metodológicos, tais como: mudança de foco, do Estado e das instituições, para o aspecto social e suas implicações políticas; o desdobramento da política no âmbito do cotidiano; o político relacionado a diversas dimensões como o social, econômico e cultural.

Antes dessa renovação, a História Política já sofria grande rejeição por parte da historiografia nas primeiras décadas do século XX. A escola dos *Anales*, fundada em 1929, alegando que a história política estava puramente voltada a privilegiar o nacional e o fato, passa a questioná-la. Contudo, os historiadores dos *Annales* confundiram o objeto político com seu método de estudo insuficiente, logo, a história política necessitava de uma renovação para ter condições totais de responder todas as questões

levantadas pelos *Annales* contra a história política tradicional. Essa renovação se deu a partir da década de 70, onde o contexto do emblemático ano de 1968 influenciou bastante. René Rémond alerta que a História Política

(...) não é mais a mesma história política, e sua transformação é um, bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica.¹⁰

Dessa forma a crítica imposta à história política tradicional, factual e obsoleta, serviu para uma releitura da história política e para uma tomada de decisão de recuperar a política aproveitando o movimento historiográfico mais abrangente e o estudo da política com novas abordagens, metodologias e fontes. A presença da política no cotidiano e a ação de seus desdobramentos têm lugar reservado no processo de emancipação dos interesses e, também, do indivíduo. Portanto a recente história da luta armada, como objeto de disputa política se faz relevante e envolve conhecer o golpe civil-militar brasileiro, ocorrido em 1964, e seus desdobramentos, dentre eles a criação da ALN.

A Ação Libertadora Nacional é uma dissidência do Partido Comunista (PCB) que após o golpe de 1964, passou por sérias divisões internas quanto ao caráter da atuação do partido em relação à ditadura. A convicção entre alguns integrantes do PCB de que apenas uma ação armada iria derrubar a ditadura civil-militar existente no Brasil e o surgimento de vários grupos preocupados com o combate da injustiça social (revolucionários e guerrilheiros, principalmente) em vários países da América Latina contribuiu a fundação da ALN.

Os participantes da ALN, boa parte deles, eram jovens e/ou universitários, como era Carlos Eugênio Paz, antes de abandonar sua vida legal, engajando-se na clandestinidade da luta armada. Sua história de vida particular é a história da Ação Libertadora Nacional (ALN) em geral. Dentre suas ações havia a necessidade de assaltar bancos (desapropriação para financiar a luta armada), capturas de embaixadores para troca por presos políticos, divulgação de manifestos ao grande público e atos de justicamentos (morte de pessoas que contribuía para a manutenção e apoio do regime civil-militar, como o caso de Henning Albert Boilesen).

Essas ações da ALN chamaram a atenção da mídia, tudo isso reforçou a linha-dura na repressão à ALN. Criaram-se novos instrumentos para eliminar os guerrilheiros revolucionários, para isso designaram para o comando do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) o delegado Sergio Paranhos Fleury; foi atuação de Fleury que

culminou na morte de seus líderes Carlos Marighela e, tempo depois, de Joaquim Câmara Ferreira. Com a morte desses o comando da ALN fica com Carlos Eugenio Paz.

Representação, memória e historiografia

As polêmicas causadas pelos depoimentos audiovisuais Carlos Eugênio Paz se deve ao fato de que ele é um dos poucos sobreviventes que podem compor uma memória sobre a luta armada no Brasil e sua ação se faz ainda hoje. Portanto, a noção de representação proposta por Roger Chartier¹¹ e de memória trabalhada por Michael Polack¹² é indispensável. Chartier indica que diferentes grupos sociais em lugares e momentos distintos constroem uma realidade. Portanto a constituição das identidades sociais seria o resultado do conflito entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e nomear e as definições que cada comunidade produz de si mesma. Quanto a Polack as memórias devem ser compreendidas como valores disputados em conflitos entre os grupos sociais e recheadas de representações ideológicas. Em ambos os casos, a memória e sua representação de identidade política se fazem num âmbito político do momento.

É recente a bibliografia sobre a ditadura civil-militar brasileira. De início as produções eram elaboradas por cientistas políticos, sociólogos e pela narração das pessoas que atuaram contra período. Carlos Fico salienta algumas fases importantes sobre a literatura do golpe de 64. O primeiro momento seria marcada por

(...) uma espécie de politologia: inspirados sobretudo pela vertente norte-americana da Ciência Política, muitos estudiosos buscaram explicar e classificar, em termos quase nominalistas, as crises militares de países como o Brasil. (...) ¹³

De acordo com Fico, isso não foi suficiente para inspirar os historiadores. Uma outra fase importante foi a memorialística, que cresceu sobretudo a partir da distensão política patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel. Foi de algum modo, a primeira tentativa de construção de uma narrativa histórica sobre o período, foi essa memorialística que constituiu o primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar, algumas das quais se revelariam mitos ou estereótipos.

A partir de meados dos anos 80, buscou-se um novo padrão de narratividade, centrada na valorização da subjetividade, do cotidiano, através de versões plausíveis que não almejam firmar-se como verdade absoluta. Sobre as análises das memórias dos ex-

guerrilheiros e opositores do regime civil-militar brasileiro, temos a recente dissertação para obtenção de mestrado em Sociologia pela UNICAMP de Maria C. B. Ribeiro “Memória, História e Sociedade: A Contribuição da Narrativa de Carlos Eugênio Paz”¹⁴ apresentado em 2005. Essa obra parte do princípio de analisar as obras de memórias de Carlos Eugênio Paz.

Considerações finais

Durante muito tempo se deu foco aos depoimentos inseridos em trabalhos acadêmicos e livros de memórias dos autores que vivenciaram a ditadura civil-militar. Todavia, atualmente o cinema, principalmente com filmes documentários, retrata a ação do guerrilheiro urbano construindo sua narrativa mediante os depoimentos de ex-guerrilheiros, a *internet* e a televisão contribuem para propagar as produções cinematográficas, quando não, contribuem elas mesmas, seja produzindo e/ou facilitando a produção de depoimentos audiovisuais sobre o período da ditadura.

Essa, nova abordagem midiática e de grande acessibilidade a população (principalmente a internet e a TV), tem sido pouco analisado. Portanto, é importante do ponto de vista acadêmico “dar visibilidade” a memória de personagens históricos que são alvos de disputa política em busca de silenciamento/esquecimento e voz/denúncia. Embora exista a dificuldade de obtenção de fontes¹⁵ que poderiam dialogar com esses depoimentos, isso não se caracteriza um empecilho que comprometeria essa pesquisa em particular. Na verdade essa lacuna sobre essas fontes, faz uma pesquisa necessária. Na perspectiva das representações, os depoimentos inseridos nos diversos veículos midiáticos são objetos de disputa política. Esses depoimentos gravados (entrevistas) devem ser contextualizados, pois são palco da disputa de consolidação representativa da ideologia de determinado grupo social. Neste aspecto o tratamento às fontes acarreta na análise dos critérios de seleção e filtragem das informações (de seus realizadores), bem como o seu caráter ideológico e discursivo.

Algo que deve ser considerado nesse início de pesquisa é o contexto atual. A Câmara dos Deputados aprovou em 2011 - após quase dois anos de polêmicas e negociações -, a criação da Comissão Nacional da Verdade, destinada a investigar os desrespeitos aos direitos humanos no período de 1946 e 1988. Mas, o texto que cria a comissão foi alterado em vários pontos, principalmente para atender às queixas de militares que temiam que a comissão ferisse a Lei da Anistia, que impede a

responsabilização penal por crimes políticos perpetrados durante a ditadura militar (1964-1985), e exigiam que a comissão também tratasse de organizações de esquerda que aderiram à luta armada.¹⁶ Sobre isso a entrevista dada Geneton Moraes Neto ao canal *GloboNews*, Carlos Eugênio Paz, diz

Nosso lado já está todo investigado. O que não está investigado é (...) Aonde está o Jonas? Cadê o corpo do Jonas? Mataram? Evidentemente mataram! Onde, como, por que mataram? (...) Isso nós importa, pois os livros de História tem que ter essas lacunas preenchidas!¹⁷

O “Jonas” a quem Paz se refere é Virgílio Gomes da Silva, membro da ALN, cujo paradeiro é oficialmente desconhecido após a sua prisão.

¹ Ângelo Bento Leite dos Santos; graduando do curso de Licenciatura em História do *Campus XVIII* da Universidade do Estado da Bahia; endereço eletrônico angbenlei@hotmail.com

² Artigo componente das pesquisas para a elaboração de minha monografia a ser apresentada no *Campus XVIII* da Universidade do Estado da Bahia.

³ Essa afirmação de Reinaldo Azevedo está disponível no *site* da revista *Veja*, no endereço <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/cuidado-leitor-abaixo-voce-lera-o-testemunho-de-um-assassino-frio-convicto-metodico-e-apaixonado-pela-morte-depois-voce-podera-ate-assistir-a-seu-testemunho-e-isso-e-so-o-comeco/>, acessado em 10 de janeiro de 2012.

⁴ BOURY, Reynaldo; COQUEIRO, Marcus; PIÁ, Luís Antônio (Dir.) *Amor e Revolução*. Brasil: Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), 2011.

⁵ Boilesen foi acusado de organizar a arrecadação de dinheiro entre empresários para financiar a Operação Banderantes (Oban), que combatia os terroristas de esquerda e participar das seções de tortura aos guerrilheiros capturados.

⁶ A ALN foi uma organização revolucionária com caráter comunista. Seu principal líder foi Carlos Marighela que a fundou em 1967 após romper com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois, este se opunha à luta armada.

⁷ PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem á luta armada: memórias romanceadas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

⁸ LITEWSKI, Chaim (Dir.) *Cidadão Boilesen*. Brasil, 2009, 92 min.

⁹ Consultar o blog do Sr. Rafael Tsavkko no endereço eletrônico [Blog do Tsavkko](http://blogdotravkko.blogspot.com/), acessado em 10 de janeiro de 2012.

¹⁰ REMOND, René. Uma história presente. In: *Por uma História Política*. Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 26.

¹¹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Editora do Universidade de S. Paulo, vol. 5, no. 11, 1991, p. 173-191.

¹² POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

¹³ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História, S. Paulo*: v. 24, no. 47, p. 29-60, 2004.

¹⁴ RIBEIRO, Maria C. B. *Memória, História e Sociedade: A Contribuição da Narrativa de Carlos Eugênio Paz*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.

¹⁵ Existe muita pressão de setores militares para a não abertura dos arquivos do período da ditadura militar.

¹⁶ Ver reportagem do *site* da BBC

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/09/110921_comissao_verdade_qa_jf.shtml, acessado em 30 de julho de 2012.

¹⁷ Ver reportagem disponível no *site* da *GloboNews* <http://globo.com/globo-news/globo-news-dossie/v-ex-guerrilheiro-da-luta-armada-confessa-participacao-na-morte-de-um-companheiro/2020170/>, acessado em 30 de julho de 2012.